



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 Bragança



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
-----------------	---

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
---	---

1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
--------------------------------------	---

2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
--	----

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
--	----

3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
---	----

4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
---	----

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
--	----

5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
--	----

6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
--	----

Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
--	----

7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
---	----

8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
--	----

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
--	----

9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
--	----

10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
---	----

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
--	----

11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
---	----

12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23
---	----



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Bragança x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Bragança x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Bragança x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Bragança x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Bragança x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Bragança x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Bragança x RI Rio Caeté x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Bragança x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Bragança x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Bragança x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Bragança x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Bragança x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Bragança x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Bragança x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Bragança x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Bragança x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Bragança x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Bragança x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Bragança x RI Rio Caeté x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Bragança x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Bragança x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Bragança x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Bragança x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Bragança x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Bragança x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Bragança x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Bragança x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Bragança x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Bragança x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Bragança x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Bragança x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Bragança x RI Rio Caeté x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamento

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Bragança (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

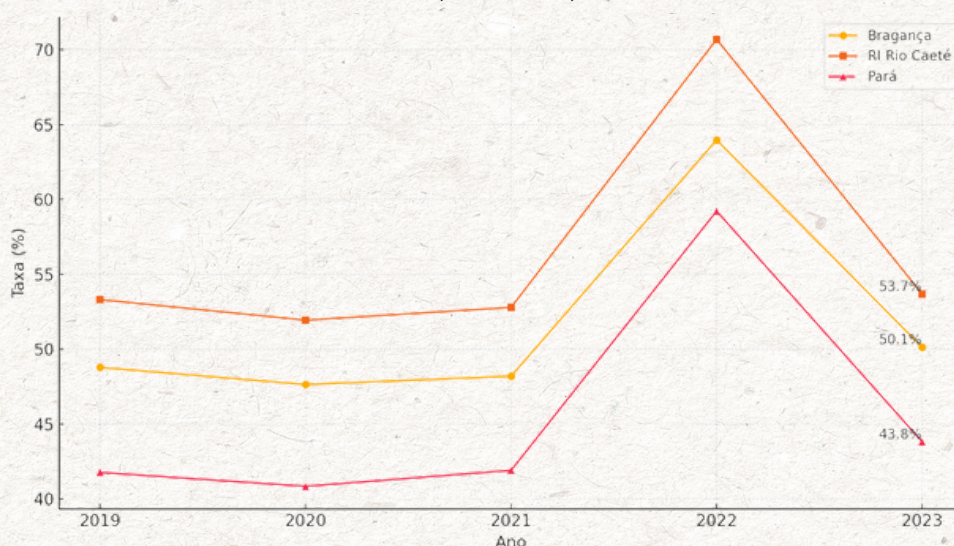
Entre 2019 e 2023, a taxa de pobreza em Bragança apresentou relativa estabilidade até 2021, com valores de 48,9% em 2019, 47,7% em 2020 e 48,2% em 2021. Em 2022, observou-se um pico expressivo, alcançando 64,1%, seguido por uma queda em 2023 para 50,1%, ainda acima do nível inicial do período. Na Região de Integração (RI) Rio Caeté, a tendência foi semelhante, partindo de 53,3% em 2019, recuando para 52,0% em 2020 e retomando levemente para 52,8% em 2021, antes de saltar para 70,8% em 2022 e encerrar 2023 em 53,7%. Já o es-

tado do Pará apresentou os menores percentuais entre os três recortes, com 41,9% em 2019, queda para 40,6% em 2020, leve alta para 41,7% em 2021, seguido do pico de 59,1% em 2022 e recuo a 43,8% em 2023 (Gráfico 1).

Esse comportamento evidencia o impacto conjuntural da pandemia da COVID-19 sobre os níveis de pobreza, especialmente em 2022, quando todos os territórios registraram os maiores percentuais da série. A recuperação em 2023 indica uma retomada parcial das condições socioeconômicas, embora os valores não te-

nham retornado aos níveis de 2019. A RI Rio Caeté foi a mais afetada em termos absolutos, ultrapassando 70%, enquanto o estado manteve certa resiliência relativa, com uma diferença de mais de 10 pontos percentuais entre ele e Bragança nos piores momentos (Gráfico 1).

Gráfico1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Bragança x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 50,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

As despesas públicas com serviços essenciais em Bragança mostraram uma trajetória com oscilações, partindo de 71,6% em 2019, recuando levemente para 71,1% em 2020, e atingindo o ápice em 2021 com 73,8%. Em 2022 houve queda acentuada para 68,9%, com posterior recuperação em 2023 para 71,1%. A Região de Integração Rio Caeté também apresentou variações moderadas: 68,8% em 2019, elevação para 70,9% em 2020, queda para 68,7% em 2021 e novo recuo para 67,5% em 2022, antes de fechar 2023 em 68,8%, retornando ao patamar de 2019. Já o estado do Pará apresentou menor percentual ao longo da série, iniciando com 62,8% em 2019, recuando para 60,4% em

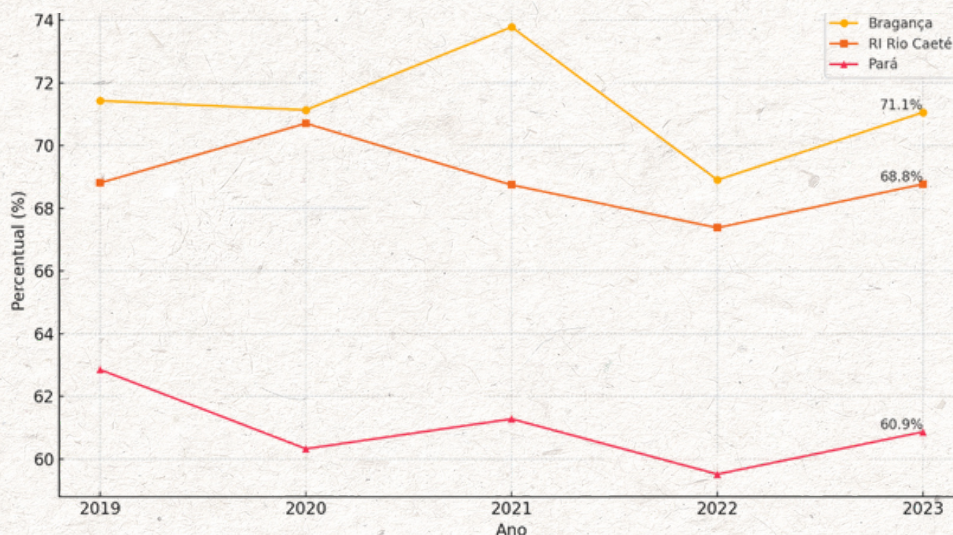
2020, subindo para 61,5% em 2021, caindo novamente para 59,3% em 2022 e encerrando em 2023 com 60,9% (Gráfico 2).

Essa evolução revela que Bragança, ao longo do período, manteve investimentos públicos proporcionalmente mais elevados em serviços essenciais em comparação à sua região e ao estado como um todo, mesmo com quedas pontuais. O comportamento descendente em 2022, comum aos três territórios, sugere a ocorrência de restrições orçamentárias ou mudanças de prioridade na alocação de recursos. A retomada em 2023 pode indicar esforços de recuperação da capacidade de investimento público, especialmente no nível municipal (Gráfico 2).



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 71,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 70%. Portanto, a meta foi alcançada.

Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Bragança x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar da nutrição e promover a agricultura sustentável.

Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

A prevalência de crianças com baixo peso ao nascer em Bragança iniciou a série em 2019 com 7,3%, apresentando uma leve queda para 7,1% em 2020. A partir de 2021, houve aumento expressivo, atingindo 8,3%, e posteriormente 8,8% em 2022, o maior valor do período. Em 2023, no entanto, o indicador caiu de forma significativa para 7%, ficando abaixo do patamar de início da série. A Região de Integração Rio Caeté acompanhou essa tendência geral de crescimento até 2022, partindo de 6,7% em 2019, alcançando 8,6% em 2022 e reduzindo para 8% em 2023. Já

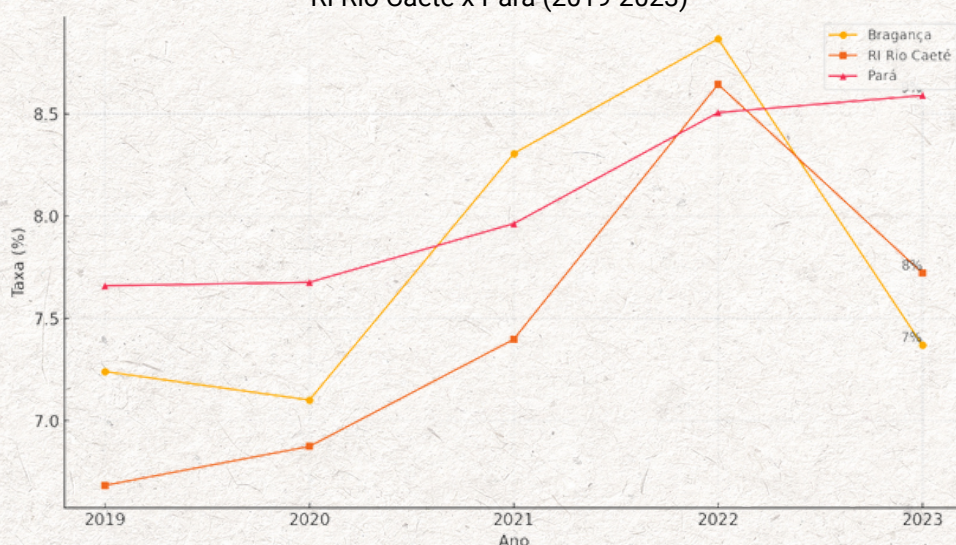
o estado do Pará apresentou menor variação, mantendo-se praticamente estável entre 2019 e 2020 (7,7%), com alta gradual até 8,6% em 2023 (Gráfico 3).

Esse comportamento indica que tanto Bragança quanto a RI Rio Caeté enfrentaram deterioração nas condições de saúde neonatal entre 2020 e 2022, possivelmente relacionadas a fatores como restrição de acesso aos serviços de saúde durante a pandemia. A queda registrada em 2023, principalmente em Bragança, sugere melhora recente na atenção pré-natal e nos cuidados hospitalares. Em con-

traste, o estado do Pará apresentou tendência de crescimento contínuo, com aumento de quase 1 ponto percentual no período, sinalizando desafios mais amplos no enfrentamento da baixa qualidade do nascimento em nível estadual (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Bragança x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

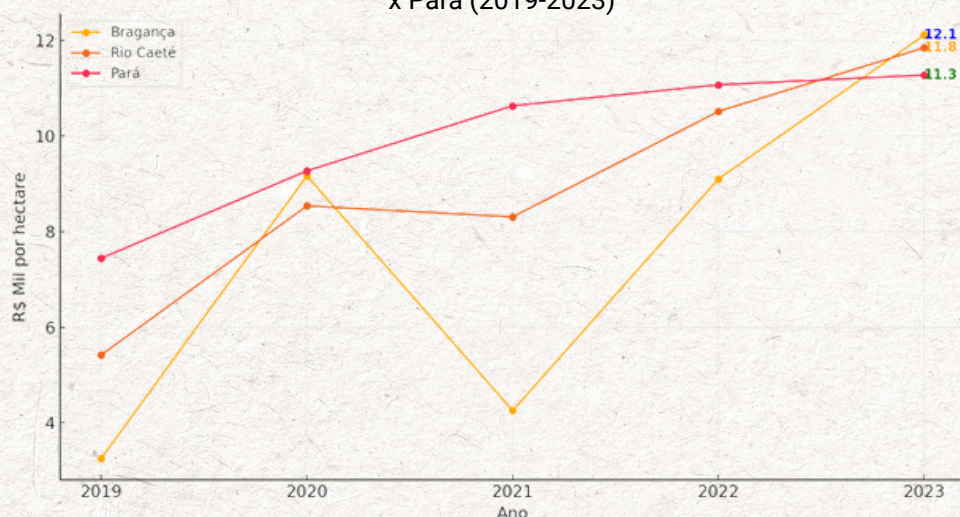
Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

A produtividade agrícola em Bragança iniciou 2019 com um dos menores patamares da série, registrando R\$ 3,2 mil por hectare. Em 2020, houve um salto expressivo para R\$ 9,1 mil/hectare, seguido de forte queda em 2021, para R\$ 4,3 mil/hectare. Nos anos seguintes, observou-se recuperação robusta, com R\$ 9,1 mil/hectare em 2022 e atingindo o maior valor em 2023, com R\$ 12,1 mil/hectare. A Região de Integração Rio Caeté também apresentou crescimento geral, passando de R\$ 5,4 mil/hectare em 2019 para R\$ 11,8 mil/hectare em 2023, com oscilações mais suaves ao longo do período. O estado do Pará, por sua vez, apresentou trajetória de crescimento contínuo e mais estável, de R\$ 7,5 mil/hectare

em 2019 para R\$ 11,3 mil/hectare em 2023 (Gráfico 4).

A análise evidencia que Bragança apresentou maior volatilidade, com um ciclo de crescimento, recuo e posterior retomada da produtividade, possivelmente refletindo variações climáticas, instabilidade no acesso a insumos ou políticas locais. Já a RI Rio Caeté teve desempenho mais estável, com tendência de crescimento sustentado. O estado do Pará destacou-se pela consistência no aumento da produtividade, revelando um processo gradual de modernização agrícola ou ampliação de culturas de maior valor agregado. Em 2023, os três recortes territoriais convergem para patamares similares, com Bragança superando inclusive a média estadual (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Bragança x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 12,1 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

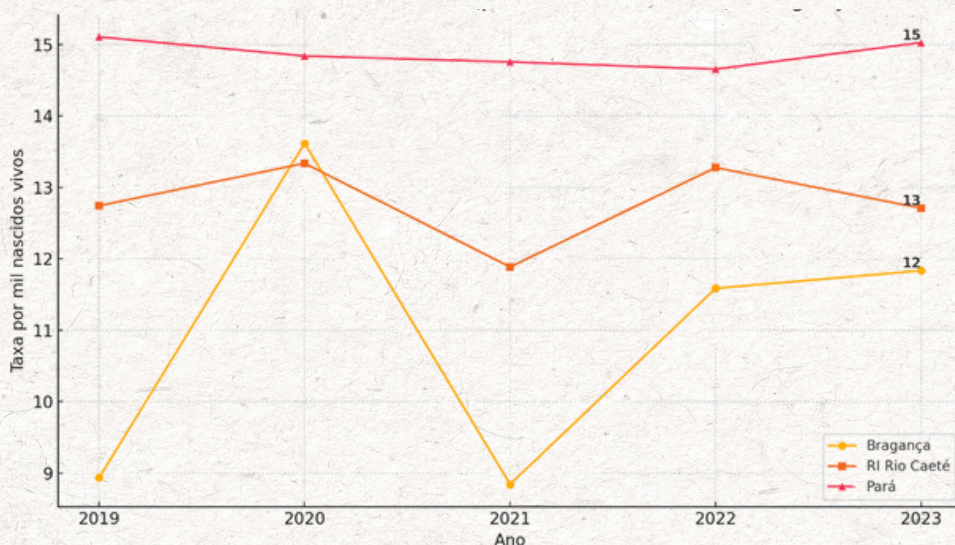
Em Bragança, a taxa de mortalidade infantil iniciou 2019 em 8,9 por mil nascidos vivos, crescendo significativamente para 13,7 em 2020. Em 2021, observou-se queda acentuada para 8,8, o menor valor da série, seguido por nova elevação em 2022 para 11,6, estabilizando-se em 2023 com leve aumento para 12. Já a Região de Integração Rio Caeté apresentou maior estabilidade, iniciando com 12,8 em 2019, atingindo 13,4 em 2020, caindo para 11,9 em 2021, subindo novamente para 13,3 em 2022 e encerrando 2023 com 13,0. O estado do Pará apresentou a maior estabilidade entre os três recortes, oscilando levemente entre 15,1 (2019), 14,8 (2020), 14,7 (2021 e 2022) e retornando a 15,0 em 2023 (Gráfico 5).

Essa evolução evidencia que Bragança apresentou flutuações mais acentuadas do que o estado e a região, com picos em anos de crise sanitária (como 2020) e melhoras em momentos posteriores, o que pode refletir variações na cobertura e qualidade dos serviços de saúde infantil. A RI Rio Caeté manteve-se relativamente próxima à média estadual, com pequenas oscilações, enquanto o estado como um todo demonstrou resiliência, mantendo uma taxa alta e praticamente constante, sugerindo a persistência de vulnerabilidades estruturais na saúde pública infantil (Gráfico 5).





Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Bragança x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 12 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

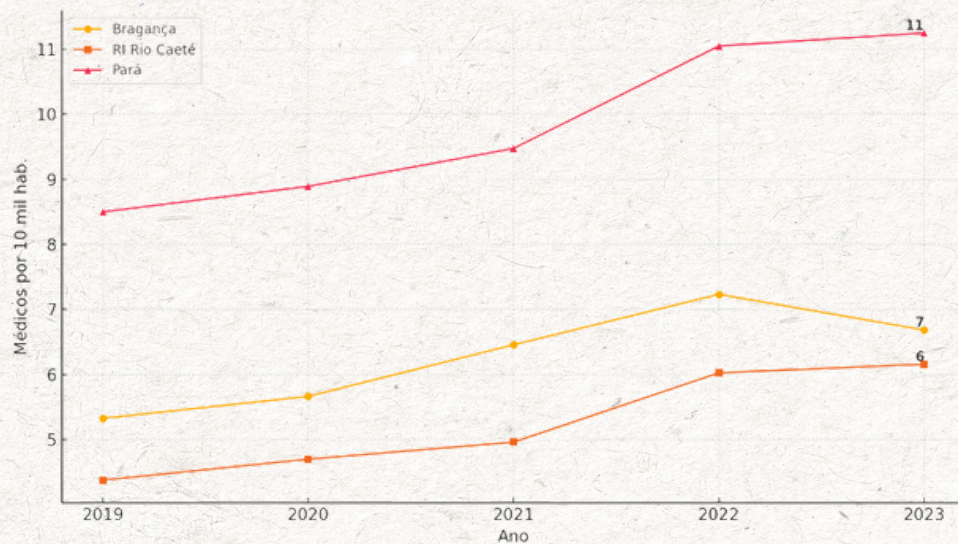
O número de médicos por 10 mil habitantes em Bragança cresceu de forma consistente entre 2019 e 2022, partindo de 5,3 médicos em 2019, subindo para 5,7 em 2020, 6,5 em 2021 e chegando a 7,2 em 2022. Em 2023, houve leve recuo para 7. A Região de Integração Rio Caeté apresentou crescimento mais lento, partindo de 4,4 em 2019 para 4,7 em 2020, 5,0 em 2021, subindo para 6,0 em 2022 e mantendo-se praticamente estável em 2023 com 6,1 médicos por 10 mil habitantes. Já o estado do Pará iniciou a série com 8,5 médicos em 2019, avançando gradualmente até alcançar 11,2 em 2023, mantendo-se sempre em

nível superior aos demais.

O crescimento da densidade médica nos três recortes indica expansão da presença de profissionais de saúde no território, embora com ritmos distintos. Bragança e a RI Rio Caeté apresentaram avanços positivos, porém ainda permanecem abaixo da média estadual, revelando desigualdade na distribuição de médicos. A queda observada em Bragança em 2023, ainda que discreta, merece atenção, pois pode indicar dificuldades de fixação ou substituição desses profissionais, afetando a qualidade da atenção básica e especializada local. O crescimento contínuo do estado sugere

re políticas mais eficazes de interiorização ou incentivo à carreira médica (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Bragança x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.**

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Entre 2019 e 2023, o número de vagas no ensino público por mil habitantes em Bragança apresentou uma trajetória inicial de queda, seguida de recuperação parcial e, por fim, nova redução. O município partiu de 236 vagas por mil habitantes em 2019, caindo para 228 em 2020, subindo levemente para 230 em 2021 e 234 em 2022, antes de sofrer uma redução acentuada para 208 em 2023. A Região de Integração Rio Caeté, que iniciou com o maior patamar da série (242 em 2019), teve movimento semelhante: recuo para 234 em 2020, subida até 242 em 2022 e queda para 216 em 2023. O estado do Pará, por sua vez, teve variação mais modesta, iniciando em 211, reduzindo para 207 em 2020, alcançando 219 em 2022 e encerrando o período

em 198 vagas por mil habitantes (Gráfico 7).

A redução generalizada em 2023 nos três recortes territoriais pode estar relacionada a reestruturações na rede pública de ensino, redução de matrículas ou mesmo à conclusão de ciclos educacionais sem reposição proporcional da base estudantil. Bragança, embora apresente desempenho superior ao estado, teve a maior perda proporcional no último ano da série, caindo 11% em relação a 2022. A RI Rio Caeté manteve-se como a região com maior oferta proporcional de vagas durante todo o período, enquanto o estado do Pará permaneceu com os menores índices, o que aponta para desigualdades regionais persistentes no acesso à educação pública (Gráfico 7).

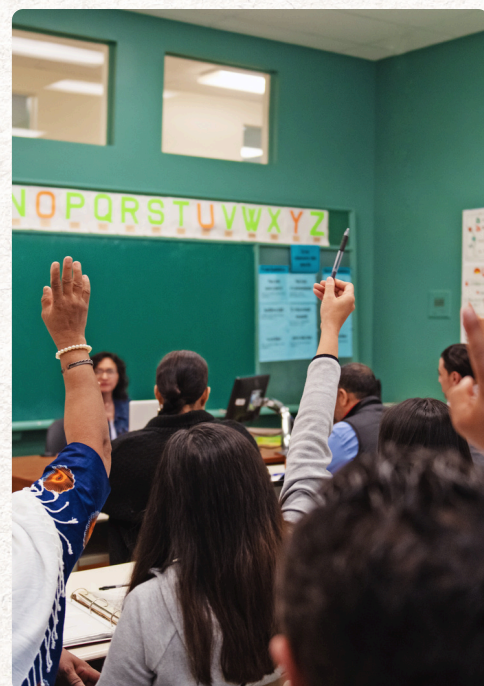
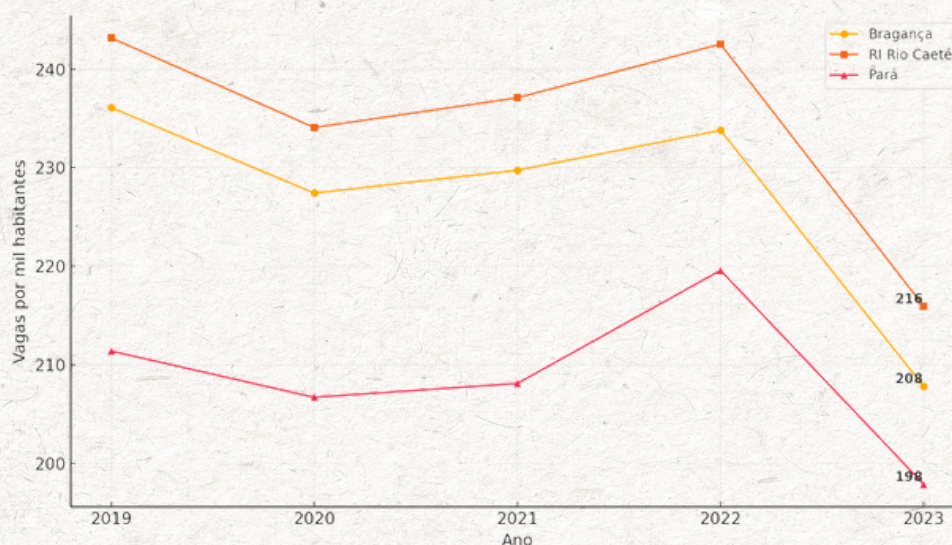


Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Bragança x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 208 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

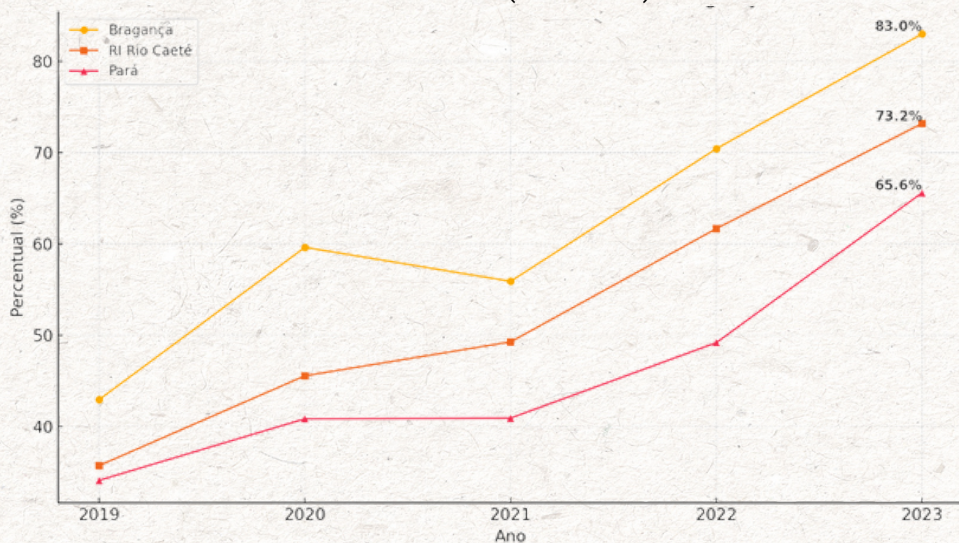
O percentual de escolas com acesso à internet em Bragança teve uma trajetória de forte crescimento entre 2019 e 2023, passando de 43,1% em 2019 para 59,4% em 2020, caindo levemente para 55,7% em 2021, e em seguida crescendo para 70,4% em 2022 e alcançando 83,0% em 2023. A Região de Integração Rio Caeté também registrou avanços significativos: de 35,9% em 2019 para 73,2% em 2023. Já o estado do Pará, embora tenha partido de um patamar mais baixo, de 34,1% em 2019, apresentou crescimento contínuo, atingindo 65,6% em 2023 (Gráfico 8).

O avanço consistente do indicador revela o esforço de ampliação da conectividade

nas escolas públicas, especialmente no período pós-pandemia, em resposta à necessidade de digitalização do ensino. Bragança destacou-se como o município com maior percentual de escolas conectadas durante todo o período, superando o estado em quase 18 pontos percentuais em 2023. A RI Rio Caeté também apresentou desempenho acima da média estadual, embora com maior defasagem em relação ao município. O progresso registrado nos três recortes reforça o papel da infraestrutura digital como vetor de inclusão educacional, mas também evidencia que ainda há desigualdades significativas a serem superadas (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Bragança x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 83%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros



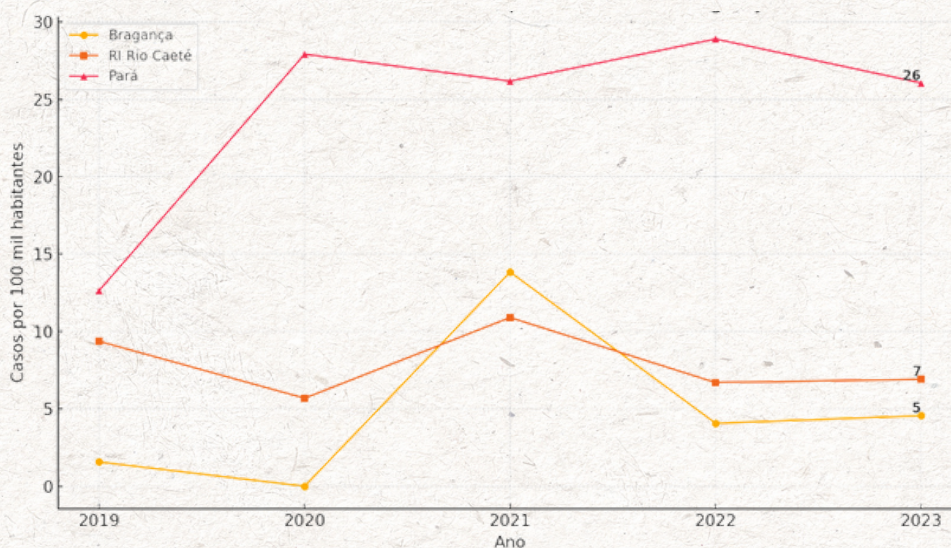
Entre 2019 e 2023, o município de Bragança apresentou variações expressivas no número de casos de violência contra a mulher praticados por parceiros. O indicador partiu de 1,7 caso por 100 mil mulheres em 2019, caiu para zero em 2020, registrou pico de 13,9 em 2021 e voltou a cair para 4,3 em 2022 e 5 em 2023. Já a Região de Integração Rio Caeté iniciou com 9,4 casos em 2019, caiu para 5,8 em 2020, subiu para 10,7 em 2021, e depois estabilizou-se em 6,7 nos dois últimos anos. O estado do Pará teve a maior taxa da série em todos os anos, partindo de 12,5 em 2019 e saltando para 28,0 em 2020. Após pequena que-



da para 26,3 em 2021, voltou a subir em 2022 (28,9) e fechou 2023 com 26,0 casos por 100 mil mulheres (Gráfico 9).

A série evidencia que, embora Bragança tenha mantido índices relativamente baixos na comparação com o estado e a RI, os dados demonstram forte oscilação, o que pode indicar subnotificação ou variação na capacidade de registro. O salto em 2021, seguido de queda nos anos subsequentes, pode estar associado a maior visibilidade do tema ou políticas pontuais de denúncia e proteção, não necessariamente à redução da violência em si. O estado do Pará apresentou tendência crescente ao longo do período, com taxas persistentemente altas, revelando um quadro mais grave e estrutural da violência doméstica, exigindo políticas públicas mais robustas e contínuas (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Bragança x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

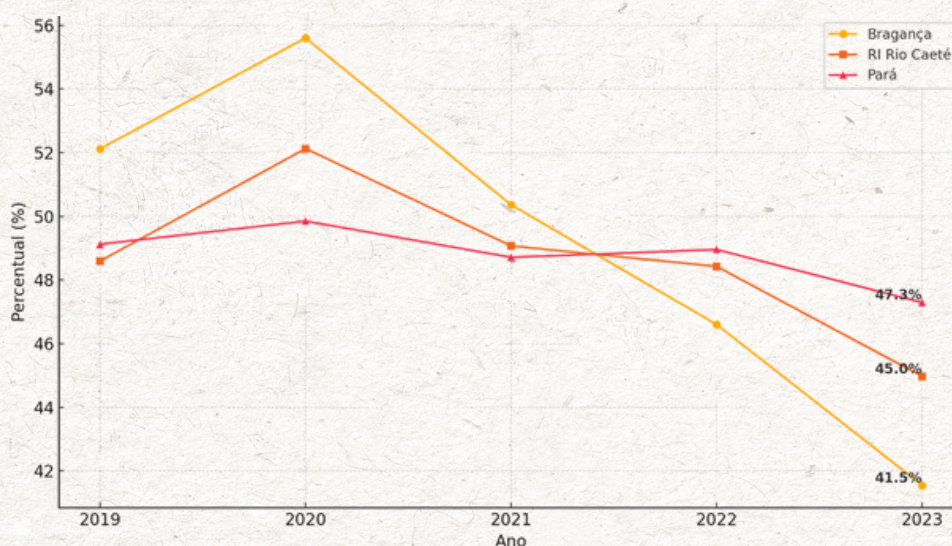
Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

O percentual de cargos gerenciais ocupados por mulheres em Bragança registrou uma trajetória descendente ao longo do período analisado. O município iniciou 2019 com 52,1%, alcançou o pico de 55,6% em 2020 e, a partir de então, teve quedas sucessivas: 50,7% em 2021, 46,5% em 2022 e 41,5% em 2023, encerrando o período com o menor percentual da série. A RI Rio Caeté apresentou comportamento semelhante, partindo de 48,5% em 2019, subindo para 52,1% em 2020, e recuando nos anos seguintes até chegar a 45,0% em 2023. Já o estado do Pará apresentou maior estabilidade, oscilando entre 49,1% (2019), 49,8% (2020) e encerrando 2023 em 47,3% (Gráfico 10).



A queda observada em Bragança e na RI Rio Caeté pode estar relacionada à falta de políticas de manutenção e incentivo à liderança feminina, especialmente no pós-pandemia, período que impactou de forma desproporcional as mulheres no mercado de trabalho. A perda de mais de 14 pontos percentuais em Bragança entre 2020 e 2023 evidencia um retrocesso preocupante na equidade de gênero nos espaços de decisão. Em contraste, o estado do Pará demonstrou maior resiliência, mantendo-se próximo da paridade ao longo do tempo. Isso sugere que os avanços locais não foram sustentáveis, ressaltando a importância de medidas permanentes de inclusão e promoção da mulher em cargos de liderança (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Bragança x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 41,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

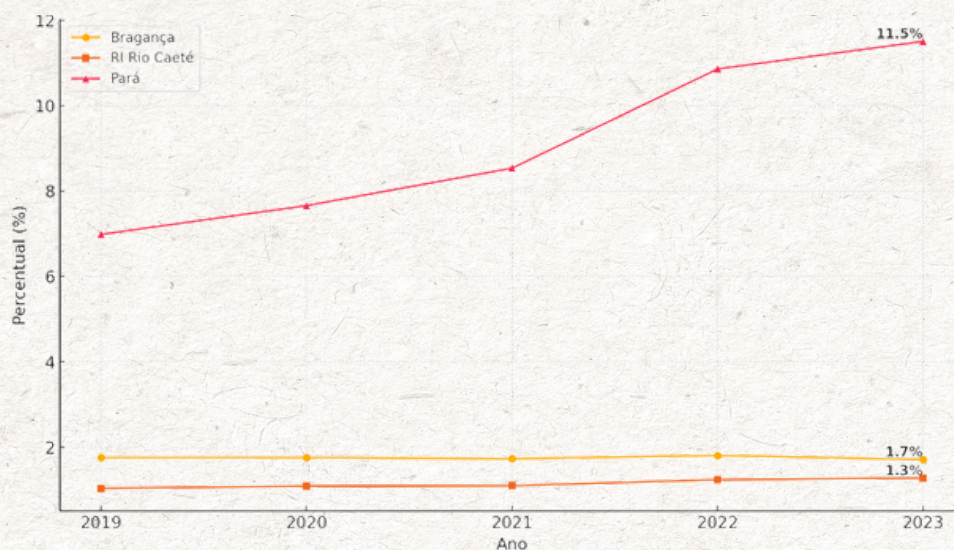
Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Em Bragança, o indicador permaneceu praticamente estável ao longo dos cinco anos analisados, partindo de 1,7% em 2019 e mantendo esse valor até 2022, o mesmo em 2023. A Região de Integração Rio Caeté apresentou um cenário similar, começando com 1,0% em 2019, mantendo o mesmo valor até 2021, e aumentando discretamente para 1,2% em 2022 e 1,3% em 2023. Essa estabilidade em níveis baixos sugere que houve pouca ampliação no atendimento à população de baixa renda com coleta de esgoto tanto no município quanto na região durante o período analisado (Gráfico 11).

Já o estado do Pará apresentou evolução mais significativa no indicador. Em 2019, o percentual era de 7,0% e cresceu progressivamente até atingir 11,5% em 2023. Os aumentos mais expressivos ocorreram entre 2021 e 2022 (de 8,5% para 11,0%), indicando investimentos mais efetivos na ampliação da cobertura de esgotamento sanitário entre a população de baixa renda em âmbito estadual. Apesar desse avanço, os percentuais ainda são relativamente baixos, o que evidencia a necessidade de intensificação das políticas públicas de saneamento voltadas aos grupos mais vulneráveis (Gráfico 11).



Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Bragança x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

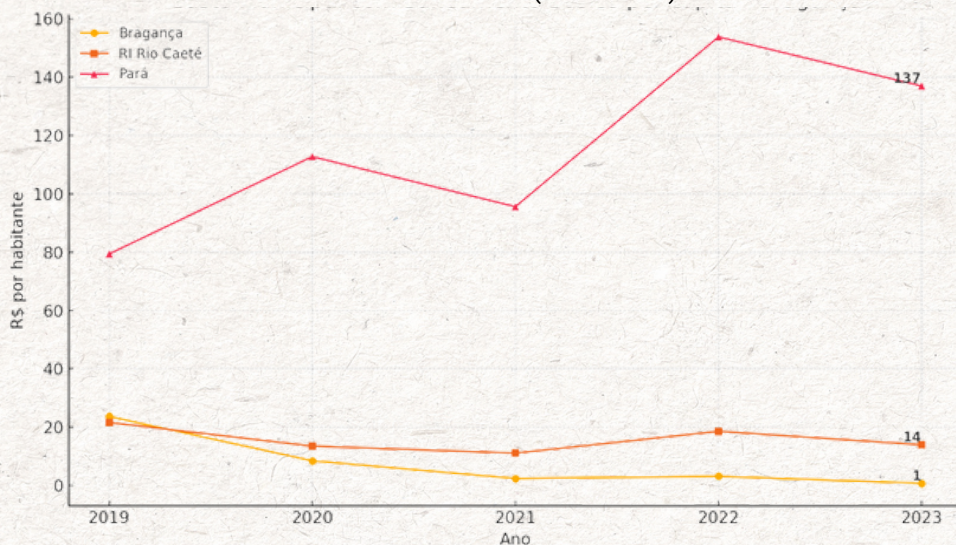
Em Bragança, os gastos per capita com saneamento apresentaram queda acentuada ao longo do período. Em 2019, o valor era de R\$ 23 por habitante, reduzindo-se drasticamente para R\$ 9 em 2020 e R\$ 3 em 2021. Em 2022, houve ligeira recuperação para R\$ 4, mas o valor voltou a cair para R\$ 1 em 2023. Essa trajetória indica uma redução progressiva nos investimentos municipais diretos em saneamento, o que pode estar associado à limitação orçamentária ou à priorização de outras áreas na agenda pública local (Gráfico 12).

Na Região de Integração Rio Caeté, os valores também a-

presentaram queda entre 2019 (R\$ 22) e 2021 (R\$ 10), porém com recuperação em 2022 (R\$ 19) e nova queda para R\$ 14 em 2023. Já no estado do Pará, os gastos oscilaram: partiram de R\$ 80 em 2019, subiram para R\$ 113 em 2020, recuaram para R\$ 96 em 2021, saltaram para um pico de R\$ 154 em 2022, e encerraram 2023 em R\$ 137. Esses dados indicam uma tendência de crescimento nos investimentos estaduais em saneamento per capita, ainda que com certa oscilação, contrastando com os patamares baixos e decrescentes observados no município de Bragança (Gráfico 12).



Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Bragança x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 1/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.



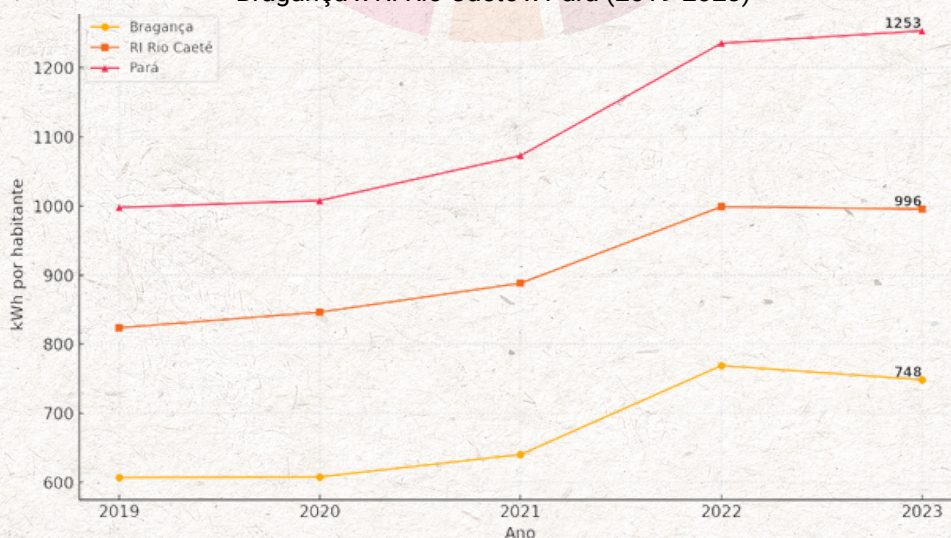
Em Bragança, o consumo per capita de energia elétrica apresentou crescimento entre 2019 e 2022, seguido de leve recuo em 2023. O valor inicial era de 606 kWh/hab. em 2019, mantendo-se praticamente igual em 2020 (607 kWh/hab.), subindo para 641 em 2021 e atingindo o pico de 771 kWh/hab. em 2022. No ano de 2023, houve leve queda para 748 kWh/hab. Esse comportamento aponta para uma tendência geral de aumento no consumo de energia ao longo do período, possivelmente associada à ampliação do acesso ou ao

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

crescimento do consumo residencial, mesmo com pequena retração no último ano (Gráfico 13).

Na Região de Integração Rio Caeté, o crescimento foi mais contínuo: o indicador saiu de 826 kWh/hab. em 2019, subindo para 850 em 2020, 888 em 2021, alcançando 997 kWh/hab. em 2022, e mantendo-se praticamente estável em 996 kWh/hab. em 2023. No estado do Pará, a tendência foi ainda mais pronunciada, passando de 997 kWh/hab. em 2019 para 1.008 em 2020, 1.071 em 2021, 1.236 em 2022 e 1.253 kWh/hab. em 2023. Isso evidencia um crescimento constante e mais acelerado no consumo médio estadual, sinalizando maior dinamismo econômico ou expansão de infraestrutura energética no período (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Bragança x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 748 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

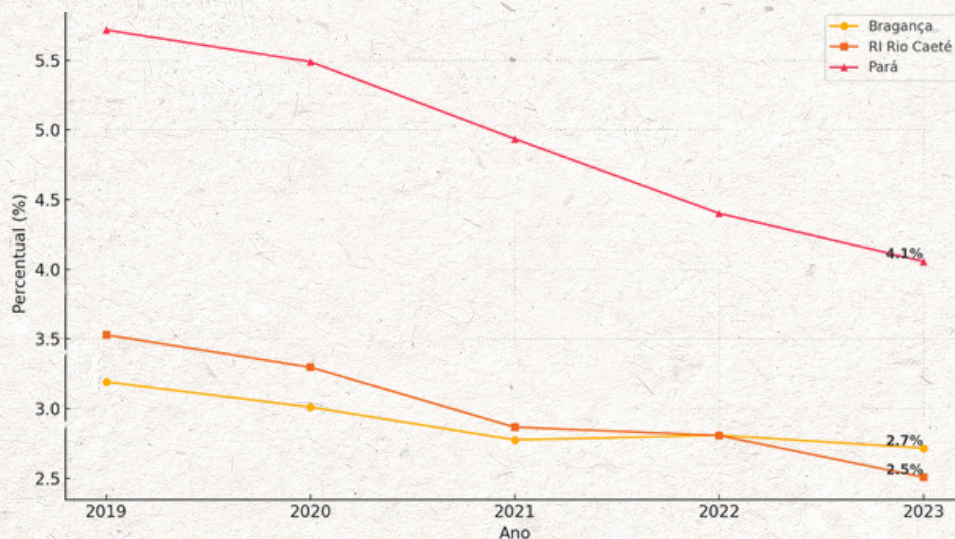
Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Em Bragança, o percentual de domicílios de baixa renda com iluminação fóssil caiu de 3,2% em 2019 para 3,0% em 2020, seguido de nova redução para 2,8% em 2021. Nos anos seguintes, o ritmo de queda desacelerou: o índice foi de 2,8% em 2022 e fechou 2023 em 2,7%. A RI Rio Caeté apresentou trajetória similar: partindo de 3,5% em 2019, reduziu para 3,3% em 2020, depois 2,9% em 2021, mantendo 2,8% em 2022 e finalizando com 2,5% em 2023. Essa redução gradual sugere avanços na substituição de fontes não renováveis por acesso à eletricidade convencional entre a população mais vulnerável (Gráfico 14).

No Pará, o comportamento foi mais expressivo, indicando progresso mais significativo. O percentual era de 5,7% em 2019, caindo para 5,5% em 2020, 4,9% em 2021, 4,4% em 2022 e alcançando 4,1% em 2023. Ainda que os valores absolutos sejam maiores que os de Bragança e da RI, a queda foi mais acentuada em termos percentuais, revelando investimentos mais robustos em acesso energético e substituição de práticas obsoletas de iluminação, como uso de lamparinas a querosene. Isso reforça o papel das políticas públicas estaduais na promoção da transição energética em áreas de vulnerabilidade social (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Bragança x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

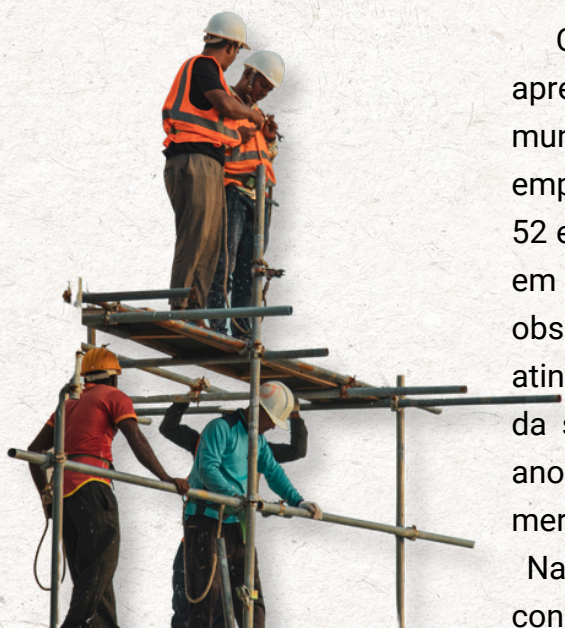
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.

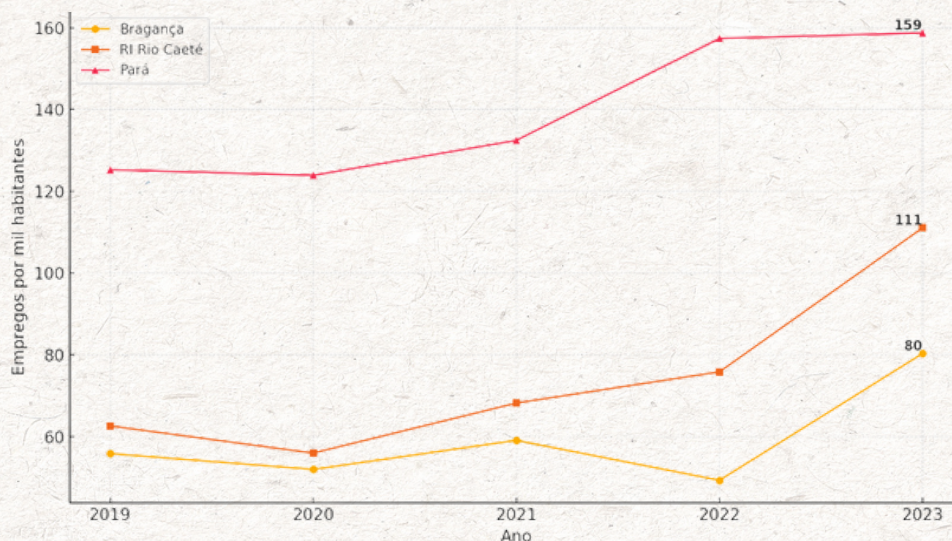


Empregos Formais por Mil Habitantes

O indicador “Empregos Formais por Mil Habitantes” apresentou comportamento oscilante entre 2019 e 2023 no município de Bragança. Em 2019, o município registrava 56 empregos formais por mil habitantes, número que caiu para 52 em 2020. Em 2021, houve leve recuperação para 59, mas em 2022 o valor voltou a cair para 49. No entanto, em 2023 observou-se um avanço expressivo, com o indicador atingindo 80 empregos formais por mil habitantes, o maior da série. Apesar das flutuações, o crescimento no último ano pode indicar retomada econômica local ou estímulos ao mercado formal de trabalho (Gráfico 15).

Na Região de Integração Rio Caeté, a evolução foi mais consistente. O indicador caiu de 63 em 2019 para 56 em 2020, mas cresceu progressivamente nos anos seguintes: 68 em 2021, 76 em 2022 e 111 em 2023. Já o estado do Pará partiu de 126 empregos formais por mil habitantes em 2019, manteve-se estável em 2020 (125), e passou a crescer nos anos seguintes: 132 em 2021, 157 em 2022 e 159 em 2023. Os dados mostram que, embora Bragança tenha encerrado 2023 com crescimento relevante, o município ainda apresenta valores bem abaixo da média estadual, o que sugere desafios persistentes na formalização do emprego em nível local (Gráfico 15).

**Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Bragança x RI
Rio Caeté x Pará (2019-2023)**



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 80 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita

O município de Bragança apresentou crescimento gradual do PIB per capita entre 2018 e 2022. Em 2018, o valor era de R\$ 8.918, subindo levemente para R\$ 9.122 em 2019. Em 2020, houve um salto mais expressivo para R\$ 10.703, seguido de R\$ 10.872 em 2021 e R\$ 11.972 em 2022. O crescimento acumulado no período foi de cerca de 34%, embora o município ainda permaneça abaixo da média regional e estadual, o que reflete limitações na dinâmica econômica local em relação a

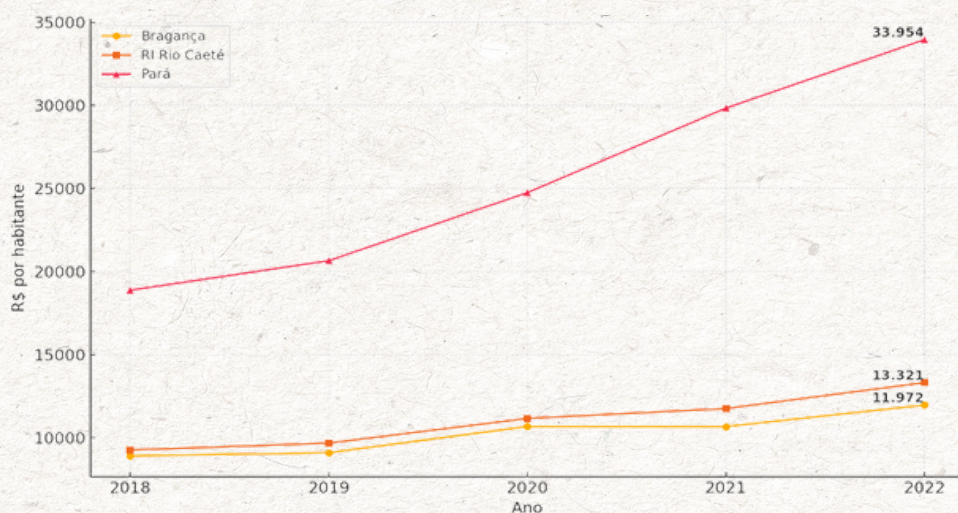


outros territórios (Gráfico 16).

Na Região de Integração Rio Caeté, o PIB per capita cresceu de R\$ 9.418 em 2018 para R\$ 9.726 em 2019, subindo para R\$ 11.239 em 2020, R\$ 11.627 em 2021 e atingindo R\$ 13.321 em 2022. Já o estado do Pará apresentou crescimento mais expressivo: partindo de R\$ 18.874 em 2018, avançou para R\$ 20.683 em 2019, R\$ 24.838 em 2020, R\$ 29.894 em 2021 e R\$ 33.954 em 2022. Esse avanço representa um crescimento de quase 80% no período, puxado principalmente pelo



Gráfico16 - PIB per capita, Bragança x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

desempenho de setores como mineração e indústria extrativa, com grande peso na composição econômica estadual (Gráfico 16).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 11.972/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.

Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



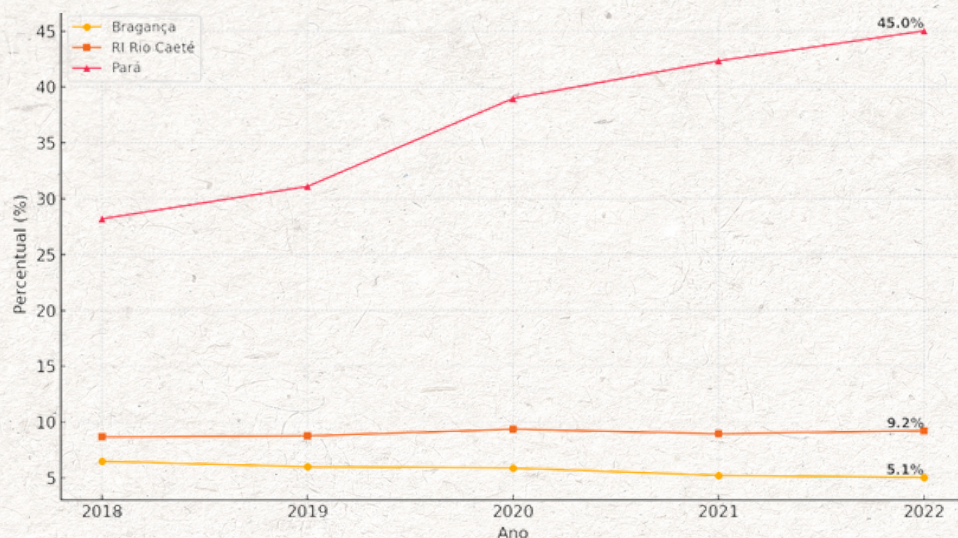
Em Bragança, a participação da indústria na composição do PIB foi declinante ao longo do período analisado. Em 2018, o valor adicionado da indústria representava 6,2% do PIB municipal. A partir daí, houve queda constante: 5,9% em 2019, 5,6% em 2020, 5,3% em 2021 e apenas 5,1% em 2022. Esses dados indicam um enfraquecimento da base industrial local, que pode estar perdendo espaço para os setores de serviços ou agropecuária, e que demanda políticas de estímulo à diversificação produtiva (Gráfico 17).

Na Região de Integração Rio Caeté, a partici-

pação da indústria oscilou levemente, mas manteve-se estável em torno de 9%: 8,9% em 2018, 8,8% em 2019, 9,4% em 2020, 9,1% em 2021 e 9,2% em 2022. Já no Pará, o indicador teve uma evolução significativa, saindo de 28,3% em 2018 para 31,0% em 2019, depois saltando para 38,9% em 2020, 42,2% em 2021 e encerrando 2022 com 45,0% de participação. Essa trajetória reflete o protagonismo crescente da indústria de base extrativa e de transformação no estado, sendo um dos principais vetores de expansão do PIB paraense (Gráfico 17).



Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Bragança x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

O indicador “Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes” apresentou variação considerável no município de Bragança entre 2019 e 2023. Em 2019, o valor era de 6,8 profissionais por 100 mil habitantes, recuando levemente para 6,2 em 2020. Em 2021 houve aumento para 7,4, mas em 2022 o índice caiu de forma mais expressiva, atingindo 4,0. No entanto, em 2023 ocorreu uma recuperação marcante,



com o indicador alcançando 12 profissionais por 100 mil habitantes, o maior valor da série histórica para o município. Essa oscilação sugere um possível impacto de políticas pontuais, entrada ou saída de vínculos institucionais locais, ou variações no registro de profissionais na base de dados (Gráfico 18).

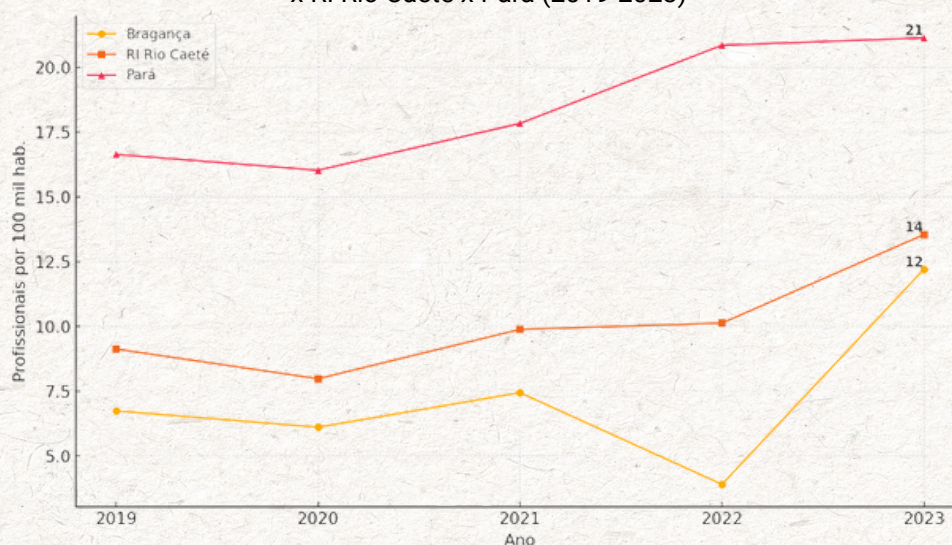
Na Região de Integração Rio

Caeté, o comportamento foi mais estável, partindo de 9,1 em 2019 e recuando para 8,0 em 2020. Em seguida, houve crescimento contínuo: 9,9 em 2021, 10,2 em 2022 e 14 em 2023, indicando uma tendência de fortalecimento da presença de profissionais da ciência no território. Já o estado do Pará manteve-se em patamar superior durante todo o período, iniciando com 16,7 profissionais por 100 mil habitantes em 2019, caindo levemente para 16,2 em 2020, e crescendo para 17,9 em 2021, 21,0 em 2022 e 21,4 em 2023. Essa expansão estadual consistente aponta para um cenário de crescimento da capacidade científica no Pará, ainda que de forma desigual entre as regiões (Gráfico 18).





Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Bragança x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 12 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles



Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

O indicador “Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)” apresentou variações significativas no município de Bragança entre 2019 e 2022. Em 2019, a massa salarial representava 1,48% do PIB municipal, caindo para 1,16% em 2020. Em 2021, houve uma leve recuperação para 1,25%, mas no ano seguinte, 2022, ocorreu queda acentuada para 0,91%. Essa trajetória indica que, embora tenha havido uma tentativa de retomada em 2021, o peso da renda do trabalho formal sobre a economia municipal vem diminuindo, o que pode refletir tanto a estagnação ou informalização do mercado de trabalho quanto um crescimento do PIB não acompanhado por aumentos proporcionais nos salários formais (Gráfico 19).

Na Região de Integração Rio Caeté, o comportamento foi semelhante até 2020, com queda de 1,23% em 2019 para 1,01% em 2020. A partir de 2021, no entanto, a região apresentou crescimento contínuo, com 1,20% em 2021 e 1,38% em 2022, superando inclusive a marca registrada em 2019. Já o estado do Pará iniciou com 1,62% em 2019, recuando para 1,36% em 2020 e 1,27% em 2021, mas teve forte recuperação em 2022, alcançando 1,70%, o maior valor da série. Esse crescimento estadual no último ano evidencia um fortalecimento relativo dos vínculos formais no conjunto da economia paraense, contrastando com a tendência de queda observada especificamente em Bragança (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Bragança x RI Rio Caeté x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

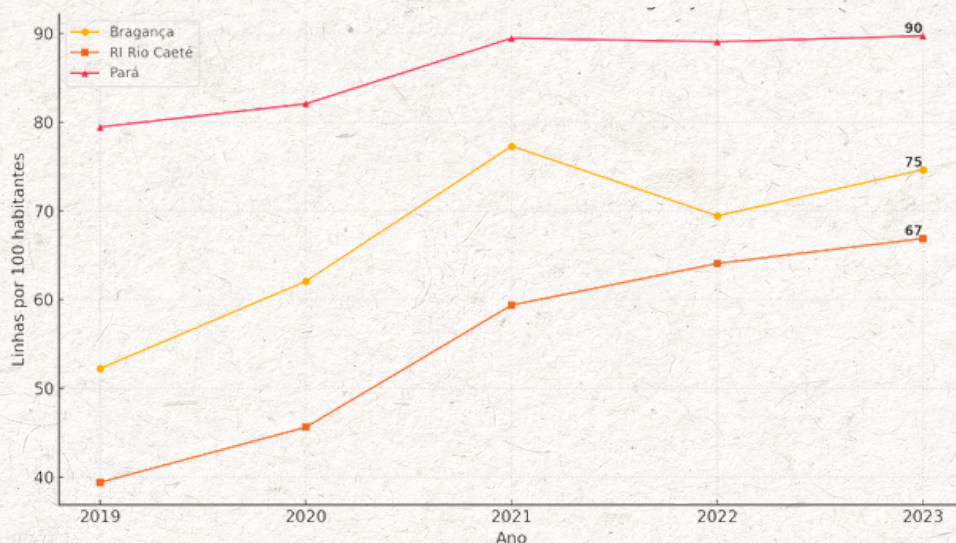
Acesso à Telefonia Móvel

O município de Bragança apresentou um crescimento consistente no acesso à telefonia móvel entre 2019 e 2021, passando de 52,3 linhas por 100 habitantes em 2019 para 62,1 em 2020 e atingindo o pico de 77,7 em 2021. No entanto, observou-se uma queda em 2022, quando o indicador caiu para 69,5, com posterior recuperação em 2023, alcançando 75,2. Essa trajetória aponta para uma tendência geral de crescimento no período, embora com oscilações que podem estar associadas a fatores econômicos, migração de operadoras ou variações na cobertura e nos planos disponíveis (Gráfico 20).

Na Região de Integração Rio Caeté, o indicador apresentou evolução constante: de 39,1 linhas por 100 habitantes em 2019, passou para 45,4 em 2020, 59,5 em 2021, 63,6 em 2022 e 67,1 em 2023. Já o estado do Pará partiu de um patamar mais elevado, com 79,3 linhas por 100 habitantes em 2019, subindo para 82,0 em 2020, 89,3 em 2021, mantendo-se estável em 2022 (88,9) e fechando 2023 em 89,9. Os dados revelam que, apesar de Bragança ter registrado crescimento expressivo, o município ainda não alcança a média estadual, evidenciando desigualdades no acesso às tecnologias de comunicação entre os territórios (Gráfico 20).



Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Bragança x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 75 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

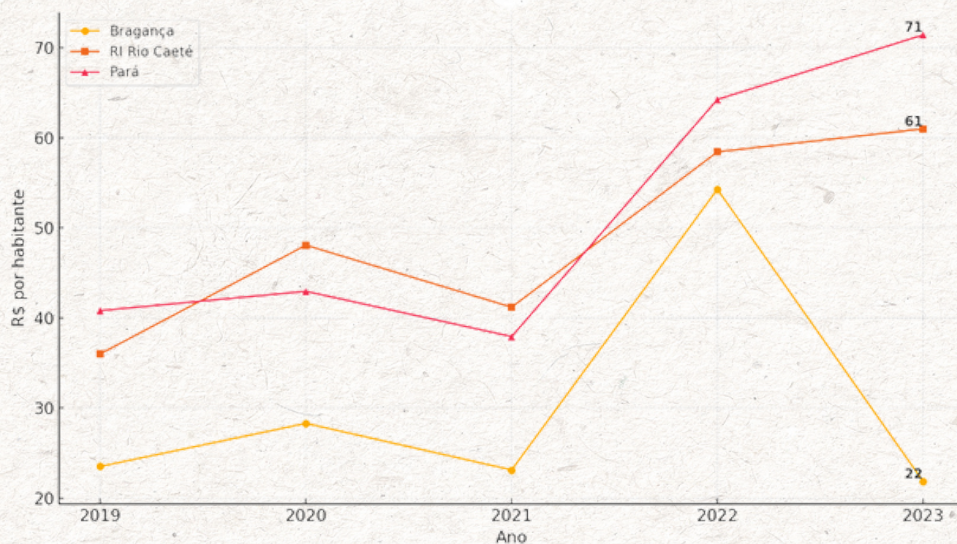
A despesa pública per capita com cultura e gestão ambiental em Bragança iniciou o período em R\$ 23,6 por habitante em 2019, crescendo para R\$ 28,4 em 2020. Em 2021, houve uma pequena retração para R\$ 23,3, seguida de um forte aumento em 2022, quando o valor saltou para R\$ 54,6. Contudo, em 2023 observou-se queda acentuada, com o indicador recuando para R\$ 22,3, o menor valor da série. Essa grande variação ao longo dos anos pode refletir a execução de projetos pontuais, alterações orçamentárias ou mudanças de prioridade na alocação de recursos municipais para essas áreas (Gráfico 21).

Na RI Rio Caeté, os investimentos foram

mais consistentes: partiram de R\$ 36,2 em 2019, subiram para R\$ 48,2 em 2020, recuaram para R\$ 41,7 em 2021, e cresceram de forma contínua nos anos seguintes, atingindo R\$ 58,3 em 2022 e R\$ 61,0 em 2023. Já o estado do Pará iniciou com R\$ 40,8 em 2019, aumentou para R\$ 42,8 em 2020, caiu para R\$ 38,2 em 2021, e apresentou crescimento expressivo a partir de então: R\$ 64,5 em 2022 e R\$ 71,0 em 2023. Isso demonstra um fortalecimento gradual do investimento estadual e regional nas áreas de cultura e meio ambiente, enquanto o município de Bragança mostra oscilações e, ao final do período, apresenta o menor valor proporcional entre os três níveis analisados (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Bragança x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



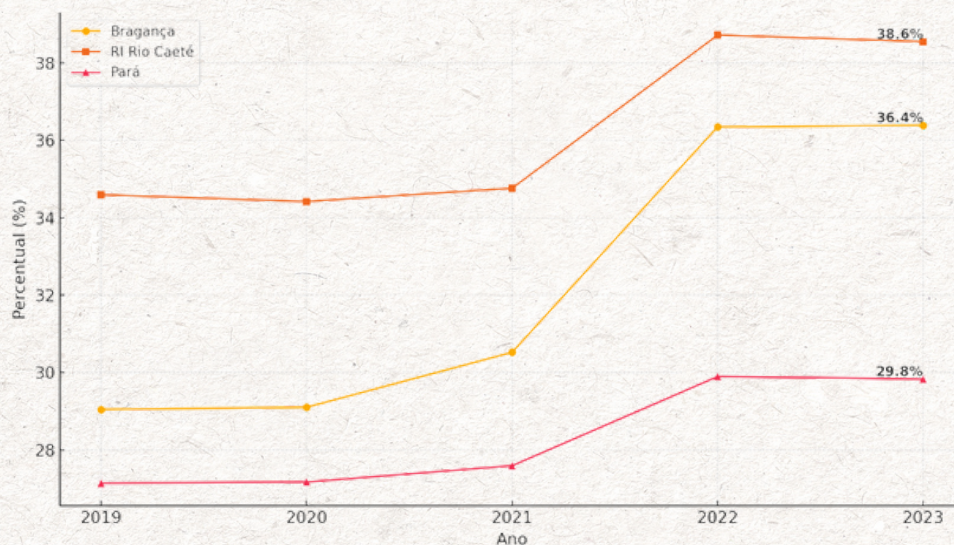
Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

No município de Bragança, o percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram o lixo manteve-se estável entre 2019 e 2020, em 29,0%. A partir de 2021, observou-se um crescimento expressivo, passando para 30,6% naquele ano, depois saltando para 36,4% em 2022 e permanecendo nesse patamar em 2023. Esse crescimento de mais de 7 pontos percentuais entre 2020 e 2022 indica uma piora no acesso à coleta formal de resíduos sólidos entre os mais pobres, o que pode estar relacionado à ausência ou ineficiência de serviços públicos em áreas periféricas ou rurais (Gráfico 22).

A Região de Integração Rio Caeté apre-

sentou um padrão semelhante, mas com valores consistentemente mais altos: iniciou em 34,6% em 2019, caiu levemente para 34,4% em 2020, subiu para 34,8% em 2021 e saltou para 38,6% em 2022, mantendo esse patamar em 2023. No estado do Pará, o indicador partiu de um nível mais baixo, com 27,1% em 2019 e 2020, crescendo lentamente para 27,5% em 2021 e subindo para 29,8% em 2022 e 2023. A média estadual permanece abaixo da regional e municipal, o que evidencia desigualdades territoriais importantes no acesso ao manejo adequado de resíduos domiciliares para populações vulneráveis (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Bragança x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 36,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

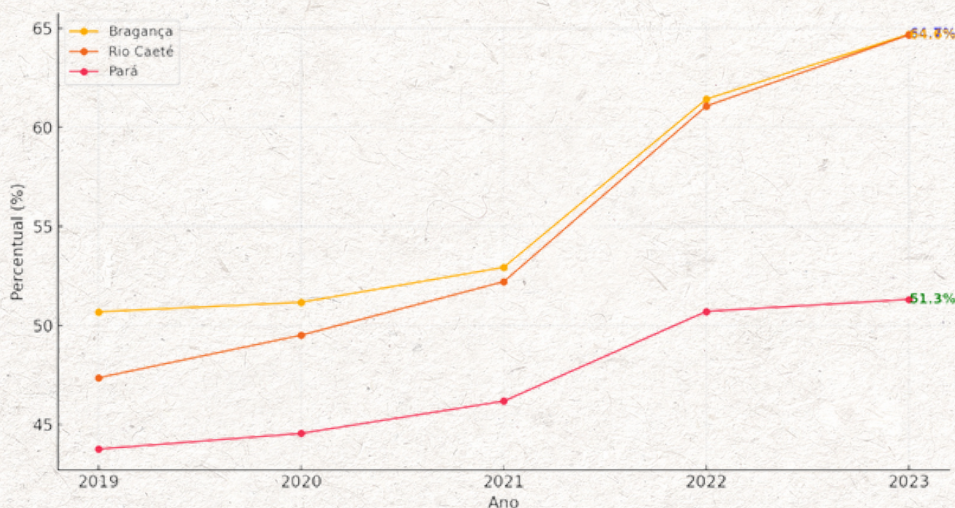
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Em Bragança, o percentual de população de baixa renda com fossa rudimentar aumentou gradualmente ao longo do período analisado. Em 2019, o indicador era de 50,8%, subindo para 51,3% em 2020 e 52,9% em 2021. A partir de 2022, houve crescimento mais acentuado: 61,8% naquele ano e 64,6% em 2023. Isso significa que quase dois terços da população de baixa renda em Bragança utilizava sistemas precários de esgotamento sanitário em 2023, o que representa um retrocesso em termos de acesso à infraestrutura sanitária segura e adequada (Gráfico 23).

A Região de Integração Rio Caeté acompa-

nhou a mesma tendência: iniciou com 47,2% em 2019, chegando a 49,4% em 2020, 52,2% em 2021, 61,4% em 2022 e 64,7% em 2023, praticamente igual ao município. No estado do Pará, o crescimento foi mais contido: 43,8% em 2019, 44,5% em 2020, 46,1% em 2021, subindo para 50,8% em 2022 e 51,3% em 2023. Apesar do aumento em todas as escalas, os valores estaduais continuam inferiores aos da RI e de Bragança, indicando que os territórios mais interiorizados concentram maior precariedade nos sistemas de saneamento voltados à população de baixa renda (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Bragança x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 64,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

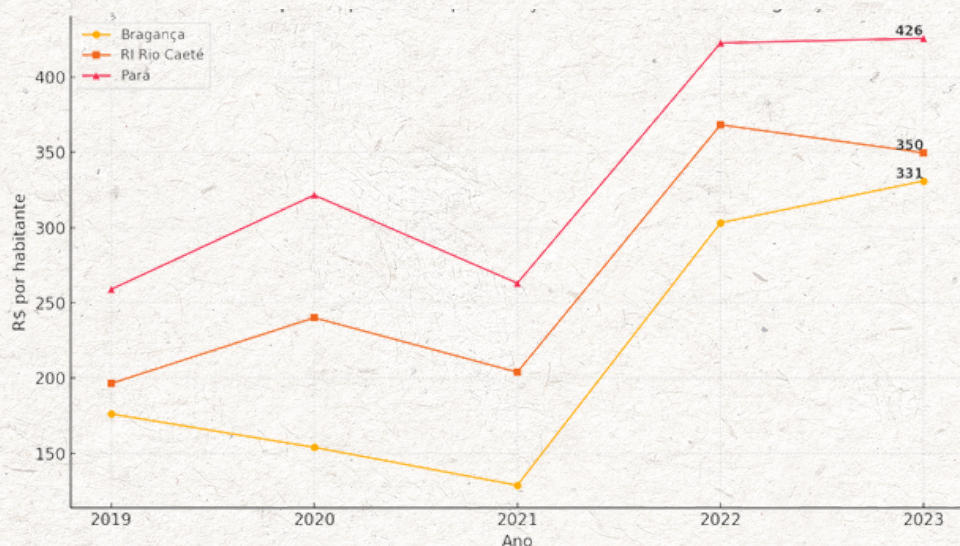


Gastos per capita com prevenção de desastres

No município de Bragança, os gastos per capita com prevenção de desastres começaram em R\$ 176 por habitante em 2019 e apresentaram queda nos dois anos seguintes: R\$ 155 em 2020 e R\$ 128 em 2021. A partir de 2022, observou-se uma forte elevação para R\$ 303, seguida de novo crescimento em 2023, alcançando R\$ 331 por habitante. Essa retomada pode estar relacionada ao aumento da incidência de eventos climáticos extremos ou à ampliação de programas de defesa civil e infraestrutura urbana, indicando maior atenção à gestão de riscos no município (Gráfico 24).

Na Região de Integração Rio Caeté, a evolução foi semelhante, porém com valores mais elevados: R\$ 196 em 2019, R\$ 239 em 2020, R\$ 204 em 2021, salto para R\$ 368 em 2022 e leve recuo para R\$ 350 em 2023. Já o estado do Pará apresentou a maior média entre os três níveis: partiu de R\$ 258 em 2019, subiu para R\$ 322 em 2020, caiu para R\$ 263 em 2021, e apresentou forte crescimento nos anos seguintes, chegando a R\$ 423 em 2022 e R\$ 426 em 2023. O padrão geral revela uma intensificação do esforço financeiro para prevenção de desastres no estado e regiões, com Bragança acompanhando essa tendência a partir de 2022 (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Bragança x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 331/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

Em Bragança, os investimentos públicos per capita com preservação aquática foram historicamente baixos, mas com melhora recente. Em 2019, o valor foi praticamente nulo (R\$ 1 por habitante), subindo discretamente para R\$ 4 em 2020, recuando para R\$ 2 em 2021, e voltando a crescer para R\$ 5 em 2022 e R\$ 17 em 2023. Apesar da elevação nos últimos dois anos, o município ainda permanece com valores muito inferiores aos observados na região e no estado, indicando baixa priorização dessa agenda na política ambiental local (Gráfico 25).

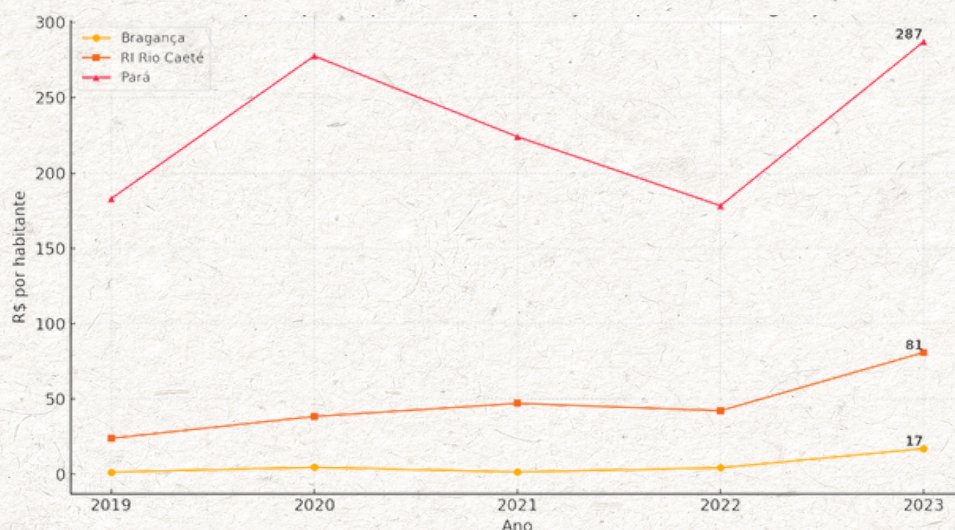
A RI Rio Caeté, por sua vez, apresentou elevação progressiva até 2021: R\$ 25 em

2019, R\$ 38 em 2020 e R\$ 47 em 2021, seguido de leve recuo para R\$ 43 em 2022 e novo aumento para R\$ 81 em 2023. O estado do Pará apresentou o maior volume de despesas: começou com R\$ 184 em 2019, atingiu um pico de R\$ 277 em 2020, caiu para R\$ 223 em 2021, voltou ao patamar de R\$ 179 em 2022 e encerrou 2023 com o maior valor da série, R\$ 287 por habitante. Os dados indicam que, enquanto o estado e a RI vêm ampliando progressivamente seus investimentos em recursos hídricos, Bragança ainda precisa avançar consideravelmente para acompanhar o esforço institucional observado nas demais esferas (Gráfico 25).

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.



Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Bragança x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 17/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.

Percentual da Área de Floresta em relação à área total

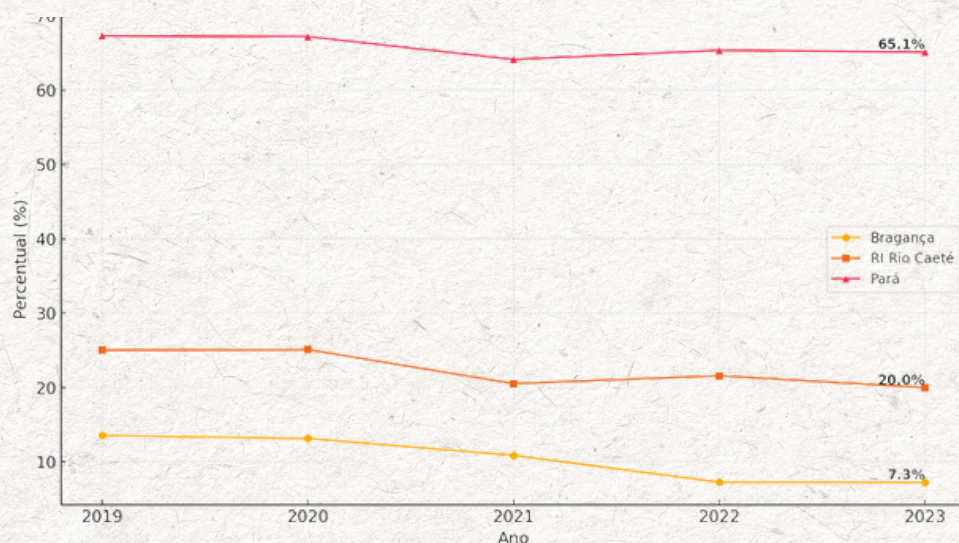
No município de Bragança, a cobertura florestal apresentou queda ao longo do período. Em 2019 e 2020, o percentual era de 13,6%, caindo para 11,0% em 2021, 7,3% em 2022 e mantendo esse mesmo patamar em 2023. Isso representa uma perda de mais de 6 pontos percentuais de floresta em apenas cinco anos, sinalizando um processo contínuo de degradação da vegetação nativa. A tendência indica pressões crescentes sobre o território, possivelmente relacionadas à expansão urbana, atividades agropecuárias ou extração de recursos naturais sem compensação ambiental (Gráfico 26).

Na Região de Integração Rio

Caeté, a área florestal também apresentou redução: partindo de 25,1% em 2019 e 2020, baixando para 21,0% em 2021, subindo ligeiramente para 22% em 2022 e recuando para 20% em 2023. Já o estado do Pará, embora com maior cobertura, também teve ligeira oscilação: manteve-se estável em 67,2% entre 2019 e 2020, caiu para 64,5% em 2021, e depois estabilizou em 65,1% em 2022 e 2023. Apesar da maior proporção de floresta no nível estadual, os dados evidenciam que as regiões mais ao nordeste do estado, como Bragança e sua RI, vêm sofrendo mais intensamente com a redução da vegetação natural (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Bragança x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual da Área Desmatada em relação à área total

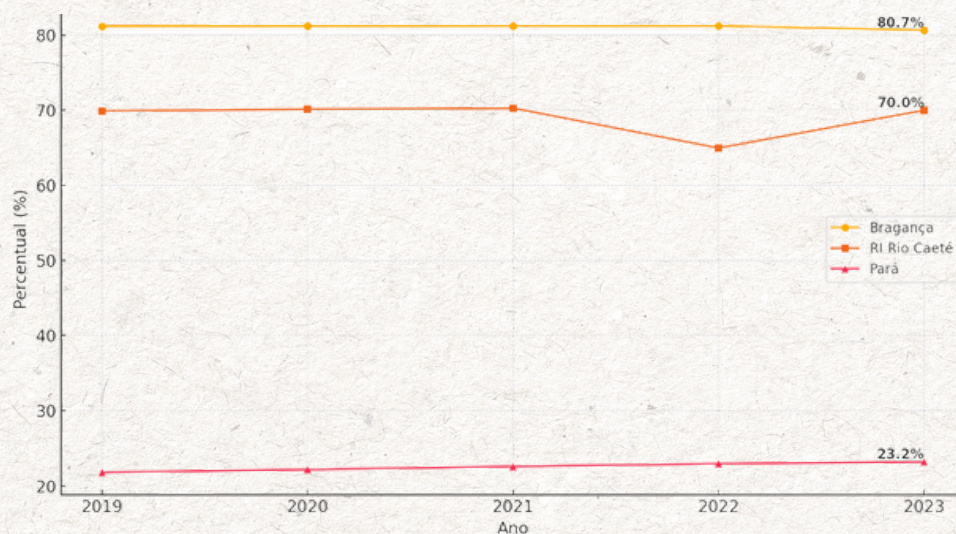
O indicador de área desmatada no município de Bragança manteve-se praticamente constante ao longo dos anos, com percentuais muito altos: 81,2 na maioria dos anos desde 2019, registrando 80,7 em 2023. Isso significa que mais de quatro quintos do território municipal já se encontra desmatado, um índice extremamente elevado, que revela forte pressão histórica sobre os ecossistemas locais e um nível muito limitado de cobertura vegetal preservada. A estabilidade do número não representa necessariamente equilíbrio ambiental, mas sim um cenário já consolidado de desmatamento amplo (Gráfico 27).

Na Região de Integração Rio Caeté, o percentual de área desmatada iniciou e encerrou o período em 70%, com uma

leve redução para 65,2% em 2022 antes de retornar ao patamar anterior em 2023. Já no estado do Pará, os números são consideravelmente mais baixos, porém com tendência de alta: partindo de 21,3% em 2019, passando por 21,9% em 2020, 22,5% em 2021, 22,9% em 2022 e alcançando 23,2% em 2023. O contraste mostra que o avanço do desmatamento tem sido mais moderado em nível estadual, mas que em regiões como Bragança e sua RI o problema é estrutural e profundamente consolidado, demandando políticas urgentes de restauração florestal e uso sustentável da terra (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Bragança x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 80,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

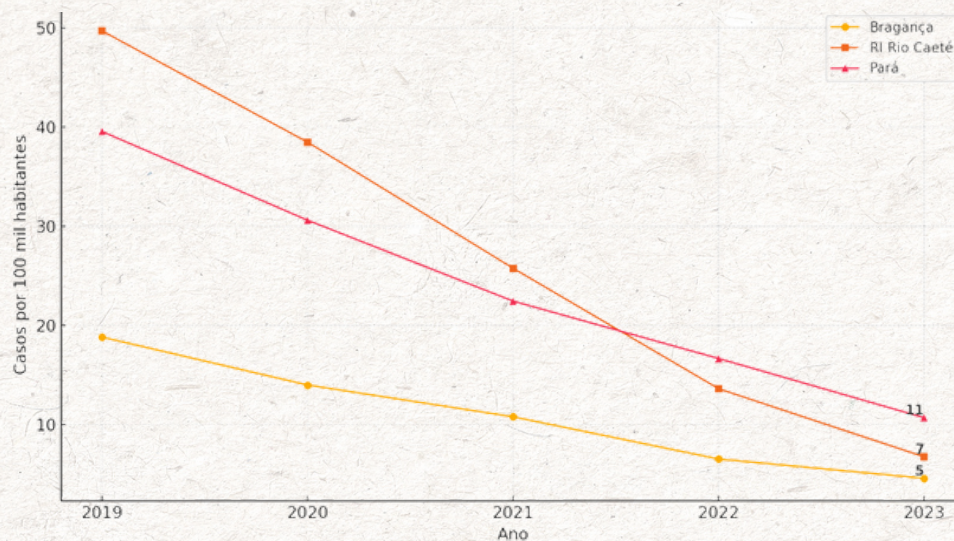
Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

O município de Bragança apresentou uma queda contínua no número de casos de trabalho infantil por 100 mil habitantes ao longo do período. Em 2019, o valor era de 18,8 casos, reduzindo para 14,2 em 2020, 11 em 2021, 6,6 em 2022 e atingindo 5,3 casos em 2023. Essa trajetória de queda de mais de 70% ao longo de cinco anos reflete uma melhora significativa no enfrentamento dessa violação de direitos, podendo estar relacionada a políticas públicas, programas sociais ou ações de fiscalização mais efetivas (Gráfico 28).

Na Região de Integração Rio

Caeté, a redução foi ainda mais acentuada, saindo de 49,9 casos por 100 mil habitantes em 2019 para 38,3 em 2020, 25,9 em 2021, 13,6 em 2022 e apenas 7,4 em 2023. O estado do Pará também apresentou trajetória descendente: iniciou com 39,8 em 2019, caiu para 30,7 em 2020, 22,3 em 2021, 16,6 em 2022 e terminou em 10,6 em 2023. Esses dados mostram um avanço generalizado no combate ao trabalho infantil, com redução expressiva nas três esferas territoriais, embora os valores estaduais ainda se mantenham superiores aos do município de Bragança (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Bragança x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

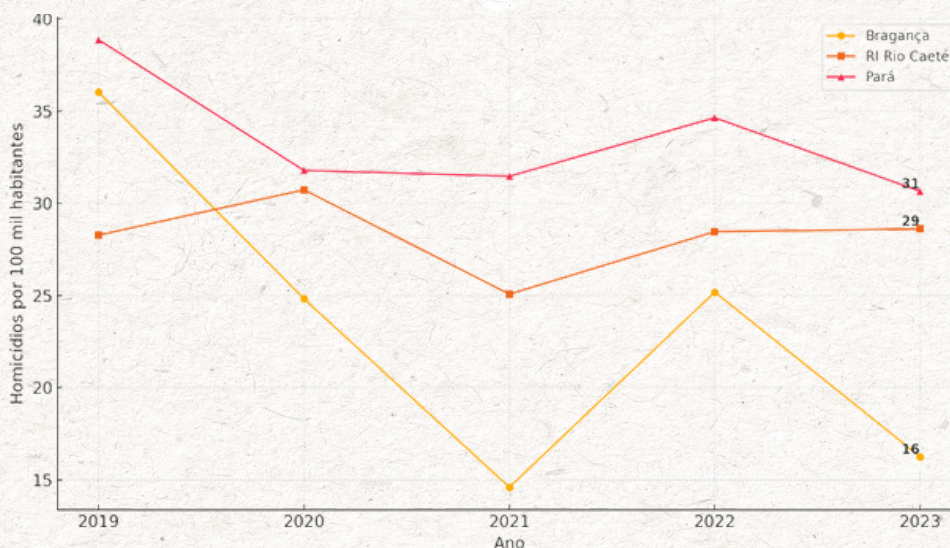
Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

No município de Bragança, a taxa de homicídios apresentou comportamento oscilante ao longo do período. O indicador iniciou com 36,3 homicídios por 100 mil habitantes em 2019, caindo para 24,9 em 2020 e atingindo o menor valor da série em 2021, com 14,4. Em 2022, houve um aumento para 25,1, seguido de nova queda para 16,4 em 2023. Essa variação aponta para avanços intercalados por retrocessos na segurança pública local, exigindo atenção contínua para evitar retomadas da violência letal (Gráfico 29).

Na RI Rio Caeté, o comportamento foi mais

estável: partindo de 28,4 em 2019, subindo levemente para 30,9 em 2020, recuando para 25,0 em 2021, e voltando a subir para 28,6 em 2022 e 28,8 em 2023. Já o estado do Pará começou em 38,8 homicídios por 100 mil habitantes em 2019, caiu para 32,1 em 2020 e 31,4 em 2021, subiu para 34,6 em 2022 e voltou a recuar para 31,1 em 2023. O padrão estadual indica redução parcial, mas ainda com altos níveis de violência. Em comparação, Bragança encerra o período com desempenho mais favorável que o estadual, ainda que com instabilidades intermediárias (Gráfico 29).

Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Bragança x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



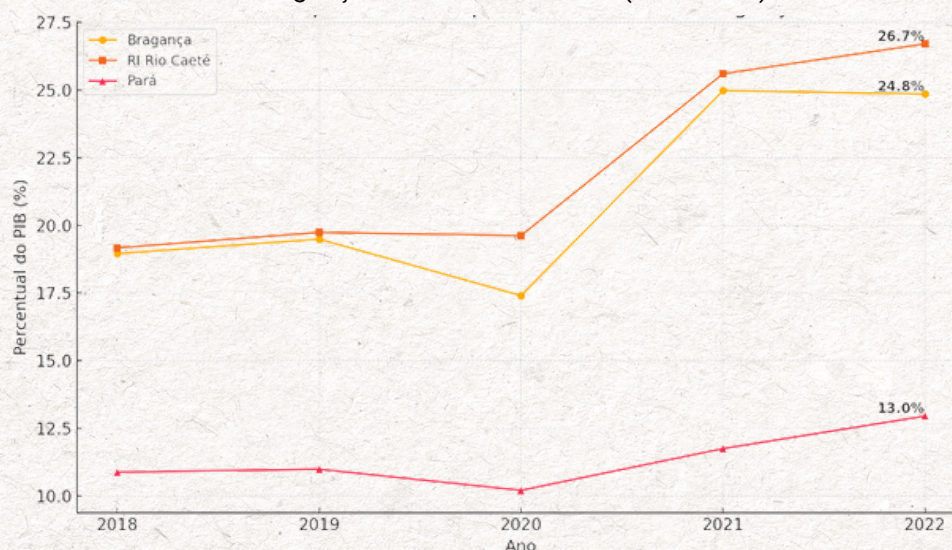
Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

O indicador “Gasto Público Municipal como Percentual do PIB” no município de Bragança apresentou comportamento oscilante entre 2018 e 2022. Em 2018, o percentual era de 18,9%, subindo levemente para 19,5% em 2019. Em 2020, houve uma queda significativa para 17,5%, seguida por um aumento expressivo em 2021, quando atingiu 25,1%. Em 2022, o indicador se manteve elevado, com leve recuo para 24,8%. Esse salto entre 2020 e 2021 pode refletir o impacto de medidas emergenciais e o crescimento do gasto público em resposta à pandemia, ao passo que a estabilização posterior indica manutenção de um padrão elevado de despesas em relação ao PIB local (Gráfico 30).

Na Região de Integração Rio Caeté, o com-

portamento foi semelhante: o percentual subiu de 19,2% em 2018 para 19,7% em 2019, manteve-se em 19,6% em 2020, e saltou para 26,2% em 2021, alcançando 26,7% em 2022, o maior valor da série. Já no estado do Pará, os níveis foram bem mais baixos, iniciando em 10,9% em 2018, subindo levemente para 11,0% em 2019, recuando para 10,2% em 2020, e avançando para 11,7% em 2021 e 13,0% em 2022. A comparação mostra que tanto Bragança quanto sua região investem proporcionalmente mais do que a média estadual em relação ao PIB, o que pode indicar maior dependência de transferências públicas ou uma economia local de menor porte com peso elevado da administração pública (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Bragança x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 24,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

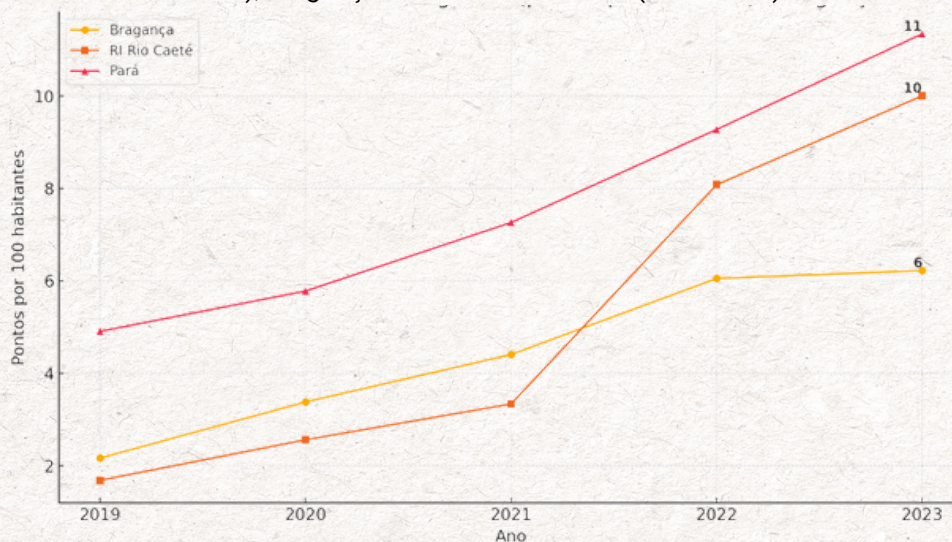
Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Entre 2019 e 2023, o município de Bragança apresentou crescimento gradual na Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa, passando de 2,2 pontos por 100 habitantes em 2019 para 3,4 em 2020, 4,4 em 2021, 6,1 em 2022 e alcançando 6,2 em 2023. Embora o avanço seja contínuo, o ritmo de crescimento desacelerou nos dois últimos anos. O indicador evidencia melhorias na infraestrutura de conectividade, mas o município ainda apresenta cobertura significativamente inferior à média estadual e regional, o que sugere a necessidade de investimentos mais robustos na ampliação do acesso à internet fixa (Gráfico 31).

Na Região de Integração Rio Caeté, o cres-

cimento foi mais expressivo: de 1,7 pontos em 2019 para 2,5 em 2020, 3,3 em 2021, um salto para 8,1 em 2022 e 10 pontos por 100 habitantes em 2023. Já o estado do Pará apresentou evolução constante e em patamar superior: 4,9 em 2019, 5,8 em 2020, 7,2 em 2021, 9,3 em 2022 e 11 em 2023. Esses dados revelam que tanto a região quanto o estado como um todo estão avançando com mais intensidade na universalização do acesso à banda larga fixa, enquanto Bragança progride, mas em ritmo mais lento, o que pode refletir desafios locais como cobertura de rede, demanda limitada ou menor capacidade de investimento público e privado no setor (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Bragança x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

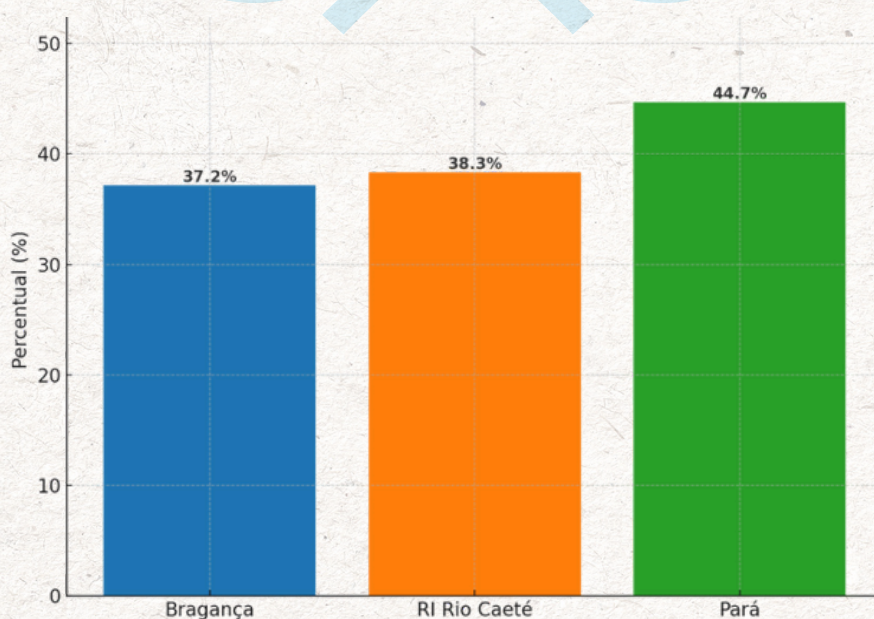
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 6 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 — e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA — foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Bragança** registrou um IDS de **37,2%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Bragança x RI Rio Caeté x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.

Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



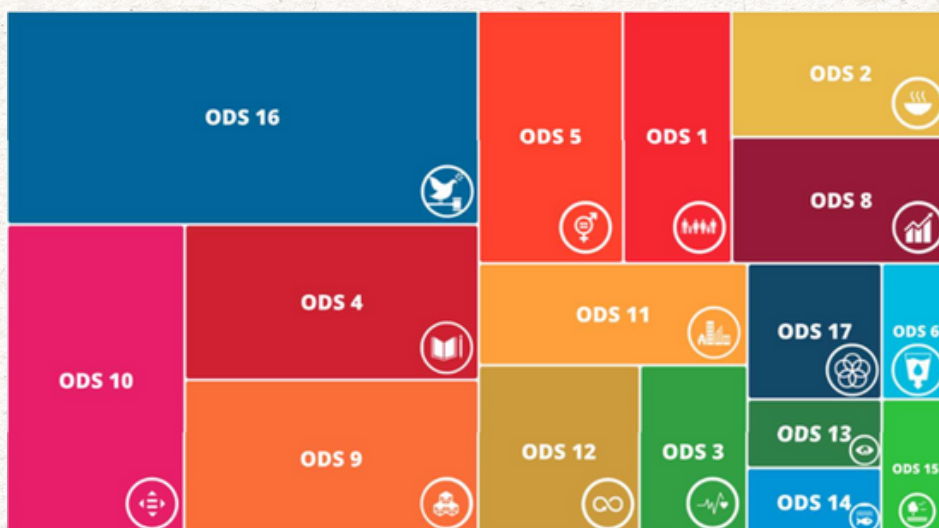
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23.2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multissetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Bragança na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Bragança e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

